

## SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MS

## Estudo Técnico Preliminar 21/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08336.000530/2025-34

## 2. Descrição da necessidade

2.1 A presente contratação visa à **aquisição de formulários de controle migratório**, comumente denominados **Cartão de Controle Migratório**, para atender às necessidades operacionais das Delegacias da Polícia Federal nos municípios de **Corumbá** e **Ponta Porã**, localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, para o ano de 2026.

2.2 Trata-se de material imprescindível para o **registro e comprovação física dos procedimentos de entrada e saída de estrangeiros e nacionais**, especialmente nos postos de fronteira terrestre com a **Bolívia e o Paraguai**, países que fazem divisa com o Brasil por meio de **fronteiras secas**, caracterizando o Estado do Mato Grosso do Sul como uma das principais portas de acesso terrestre ao território nacional.

2.3 Segundo dados operacionais, apenas no ano de **2024**, a Delegacia de Polícia Federal em Corumbá realizou cerca de **150.000 atendimentos migratórios**, envolvendo registros de entrada e saída do território nacional. Somado aos atendimentos realizados pela Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã, estima-se que volume pode chegar a 200.000 anualmente, o que reforça a necessidade de manutenção de um estoque adequado e contínuo de formulários de comprovação migratória.

2.4 É importante destacar que, em razão dos **acordos multilaterais do Mercosul**, os cidadãos nacionais de países signatários **não necessitam de passaporte para atravessar a fronteira**, bastando apresentar documento de identidade válido emitido pelo país de origem. Todavia, a Polícia Federal, no exercício de suas atribuições legais, deve fornecer ao migrante um **comprovante físico** de seu movimento migratório, o qual serve como:

- **meio de prova da legalidade da estada no país,**
- **instrumento de controle de prazo de permanência, e**
- **facilitador de consulta por autoridades fiscalizadoras** quanto à regularidade da situação migratória do portador.

2.5 Dessa forma, o Cartão de Controle Migratório se constitui em **instrumento indispensável para o funcionamento eficiente, seguro e transparente do controle migratório terrestre** exercido pela Polícia Federal na região.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NAD/DPF/CRA/MS	Jules Rimet Nogara Junior
NAD/DPF/CRA/MS	ALEXSANDRO PEREIRA DE CARVALHO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os requisitos da contratação serão delineados no Termo de Referência e Edital do Pregão SRP correspondente, para aquisição de materiais de consumo para atender necessidades imediatas da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã-MS e Delegacia de Polícia Federal de Corumbá-MS, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

4.2 O presente porocesso de aquisição destina-se exclusivamente às Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015).

4.3 Os bens do presente processo de aquisição classificam-se como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, art 6º, inciso XIII).

4.4 Por tratar-se aquisição de bens comuns, constata-se que a melhor forma de atender a contratação é por meio de licitação, preferencialmente, na modalidade pregão eletrônico mediante Sistema de Registro de Preços, com fornecedores que atendam todos os requisitos exigidos no processo licitatório.

4.5 Solicita-se, no entanto, a não divulgação de IRP, por trata-se de material específico para atividade de controle migratório realizado pela policial, não interessando outros órgãos Públicos.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Para subsidiar a elaboração da estimativa de preços e garantir a economicidade da contratação, foi realizado levantamento de mercado com base nos incisos **I, II e IV**, do §1º do art. 23 da **Lei nº 14.133/2021**, e conforme os critérios estabelecidos no art. 5º, incisos I, II e IV, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**.

5.2 Foram adotados os seguintes métodos para composição da estimativa de preços:

- **I – Painel de Preços** do Governo Federal e demais bases de dados públicos disponíveis;
- **II – Contratações similares realizadas pela Administração Pública**, em execução ou concluídas no período de até 01 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, com os devidos ajustes de atualização monetária;
- **IV – Pesquisa direta com fornecedores**, mediante solicitação formal de propostas, com obtenção de orçamentos atuais e dentro do prazo de validade exigido.

5.3 Inicialmente, foram analisadas contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública, bem como os valores constantes em bases públicas oficiais, como o **Painel de Preços do Governo Federal**. Em seguida, foi realizada **pesquisa direta com o mercado**, por meio de envio de solicitações formais de cotação a **diversas empresas gráficas**, cuja atividade é compatível com o objeto demandado. As respostas recebidas estão devidamente registradas e anexadas em documento próprio no processo.

5.4 Todos os valores coletados foram analisados criticamente, sendo **desconsideradas propostas com valores manifestamente superiores ou inferiores à média de mercado**, a fim de evitar distorções na formação do preço de referência e garantir a aderência à realidade do mercado.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 O presente processo tem por objeto a **aquisição de formulários físicos para controle migratório**, comumente denominados **Cartão Migratórias**, a serem utilizados pelas Delegacias da Polícia Federal nos municípios de **Corumbá/MS** e **Ponta Porã/MS**, durante o ano de 2026, ambas com significativa demanda operacional em decorrência do volume de movimentações internacionais terrestres na região de fronteira.

6.2 Inicialmente, foi considerada a possibilidade de manter a **produção interna dos formulários**, mediante **impressão direta nas unidades** com uso das impressoras do tipo **Brother**, já disponíveis nas delegacias. No entanto, essa solução mostrou-se **ineficiente e antieconômica**, pelos seguintes motivos:

- **Aumento expressivo no consumo de toner**, elevando consideravelmente os custos operacionais mensais;
- **Desgaste acelerado dos equipamentos de impressão**, comprometendo o funcionamento geral das impressoras da unidade e impactando negativamente outras atividades administrativas;
- **Alto consumo de papel A4**, demandando compras frequentes de resmas de papel, excedendo os quantitativos previstos no contrato de fornecimento de material de consumo;
- **Sobrecarga nos contratos vigentes**, notadamente o de fornecimento de papel e o de manutenção de impressoras, ambos sendo utilizados além da capacidade originalmente estimada;
- **Desperdício de força de trabalho**, visto que um servidor precisava destinar parte significativa de sua jornada exclusivamente à impressão, corte e organização dos formulários, em prejuízo das atividades-fim do setor.

6.3 Diante dessas limitações, optou-se pela **terceirização da confecção dos formulários** junto a empresa gráfica especializada, solução que apresenta **melhor relação custo-benefício**, por permitir:

- Produção em **lotes industriais**, com **maior padronização e qualidade gráfica**;
- **Redução do custo unitário por formulário**, pela economia de escala e uso de equipamentos apropriados;

- **Alívio na sobrecarga dos contratos vigentes** de materiais e manutenção de equipamentos;
- **Racionalização de recursos humanos**, permitindo que os servidores se concentrem nas atividades técnicas e operacionais de controle migratório.

6.4 A adoção dessa solução visa garantir **eficiência administrativa, melhoria da prestação do serviço público, e economicidade**, conforme preconizam os princípios da administração pública e os objetivos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

6.5 A solução em tela também observa o **princípio da padronização**, nos termos do art. 40, V, “a”, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a adota de especificações uniformes é necessária para assegurar a interoperabilidade com sistemas de controle migratório, a economia de escala e a compatibilidade de desempenho e qualidade, garantindo que os postos de fronteira da Polícia Federal utilizem documento oficial único e padronizado.

6.6 Abaixo segue a descrição do material demandado junto com os valores médios de aquisição, unitário e total.

FORMULÁRIO PARA CONTROLE MIGRATÓRIO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Custo unitário médio	Custo Total
1	Cartão de entrada e saída, Formato 205mm x 205mm, impressão em papel sulfite ou Off Set.  Gramatura: 56g/m²  Cor do papel: Branco  Cor da Tinta: Preta	200.000	R\$ 0,1365	R\$ 27.300,00

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A definição da quantidade de materiais a serem adquiridos foi baseada em informações constantes do processo SEI nº **08336.000473/2025-93**, iniciado pela **UMIG/NPA/DPF/CRA/MS**, bem como em posterior contato com a **UMIG/NPA/DPF/PPA/MS**.

7.2 Considerando que não é possível prever com precisão o número de movimentos migratórios que ocorrerão nos próximos anos, optou-se por utilizar como referência a **quantidade de atendimentos realizados no ano anterior (2024)**, metodologia usualmente adotada em casos de demanda variável.

7.3 A **DPF/CRA/MS (Delegacia de Polícia Federal de Corumbá/MS)** informou que, com base no volume de atendimentos realizados no ano de 2024, será necessária a aquisição de aproximadamente **150.000 (cento e cinquenta mil) unidades** do formulário de controle migratório (tarjetas), para atendimento das demandas do posto migratório local.

7.4 Já a **DPF/PPA/MS (Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã/MS)** estimou a necessidade de aproximadamente **50.000 (cinquenta mil) unidades** do mesmo item, também com base no histórico de atendimentos no ano anterior.

7.5 Assim, a estimativa total para o presente processo é de **200.000 (duzentas mil) unidades**, compreendendo o atendimento às duas delegacias no período de **01 (um) ano**. Entende-se que essa quantidade de formulários será o suficiente para manter os atendimentos estimados para o ano de 2026.

7.6 Importa destacar que, caso a contratação seja realizada sob a forma de Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente, será possível a prorrogação da vigência da ata por mais 01 (um) ano, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Em caso de prorrogação, a quantidade poderá ser renovada no mesmo quantitativo inicialmente consignado, conforme orientação constante no Despacho nº 298/2025/CONJUR-MJSP/CGU/AGU.

7.7 Ressalte-se que devido a falta de espaço nas delegacias os itens deverá ser entregue de forma parcelada.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 27.300,00

8.1 O valor estimado da contratação foi calculado com base na média dos preços obtidos nas pesquisas realizadas, conforme metodologia descrita na Nota Técnica de Pesquisa de Preços.

8.2 Considerando a quantidade total estimada de **200.000 unidades de formulários de controle migratório**, e o **valor unitário médio de R\$ 0,1365**, obtido a partir dos orçamentos recebidos, o **valor total da contratação** é estimado em **R\$ 27.300,00**.

8.3 Esse valor servirá como **referência para a licitação**, observando-se os critérios legais de vantajosidade, economicidade e adequação orçamentária, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**.

8.4 Neste valor já deve estar incluso todos os custos de confecção e transporte até a Superintendência da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O parcelamento ou não da solução encontra previsão na Lei 14.133/2021, Art. 40, § 2º, incisos I, II e III, onde deverão o aproveitamento das peculiaridades do ser considerados a viabilidade da divisão do objeto em lotes, mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.2 Optou-se na presente contratação pelo não parcelamento do objeto.

9.3 Contudo, considerando o caput do Art. 40 da Lei 14.133/2021, os itens deverão ser entregues de forma parcelada, no endereço informado no Termo de Referência, conforme as necessidades da Administração e durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.4 A opção pelo fornecimento parcelado justifica-se pelos seguintes motivos:

- Atende ao consumo periódico/contínuo do órgão, evitando a aquisição de quantidades superiores às necessidades imediatas;
- Reduz custos de armazenagem e riscos de perecimento, validade ou obsolescência dos materiais;
- Permite maior economicidade, adequando as entregas à demanda real ao longo do período da Ata de Registro de Preços.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não haverá necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em estudo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A aquisição dos materiais em questão encontram alinhamento entre a contratação e planejamento, haja vista a previsão no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC 2025), DFD 106/2024-DPF/CRA/MS.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação permitirá maior **eficiência operacional** nas Delegacias da Polícia Federal em Corumbá e Ponta Porã, ao garantir o fornecimento contínuo de formulários essenciais ao controle migratório. A medida elimina a necessidade de produção interna, otimizando o fluxo de atendimento e liberando servidores para atividades finalísticas.

12.2 Também haverá **redução de custos** com insumos gráficos, como papel e toner, além de menor desgaste de impressoras e menor demanda sobre os contratos de manutenção e material de consumo. A terceirização evita o uso excessivo dos recursos internos e gera economia com mão de obra e equipamentos.

12.3 Por fim, a contratação assegura **maior qualidade e padronização** dos formulários, com impressão especializada e acabamento adequado. Isso melhora a apresentação do documento, facilita o trabalho das equipes envolvidas e fortalece a confiabilidade e segurança do controle migratório.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Instruir inicialmente o processo, com a solicitação da aquisição, pesquisas de preços, Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, após, encaminhar ao Senhor Chefe da Delegacia de Polícia Federal de Corumbá-MS e posteriormente ao Senhor Chefe do SELOG/SR/PF/MS, que encaminhará ao Excelentíssimo Senhor Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso do Sul, para assinatura e posterior envio à Comissão Permanente de Licitação (CPL).

13.2 Acompanhar todas as fases do processo até sua finalização.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os bens a serem adquiridos deverão obedecer à critérios de sustentabilidade ambiental, conforme previsão em normativos vigentes. Os detalhes relativos à critérios de sustentabilidade ambiental serão delineados no Termo de Referência a ser futuramente confeccionado.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A Administração entende ser viável a presente aquisição, tendo em vista que outros órgãos da Administração Pública, e esta Unidade Gestora já realizaram aquisições idênticas e houve sucesso na contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULES RIMET NOGARA JUNIOR**

CHEFE DO NAD/DPF/CRA/MS



*Assinou eletronicamente em 17/09/2025 às 18:16:01.*

**FAGNE DE OLIVEIRA LIRA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 17/09/2025 às 18:46:16.*